

## PREFÁCIO

*À memória de Vítor Alves*

Quase quarenta anos após a mítica revolução de Abril, o seu histórico e quase epónimo herói, embora sabendo-se simples estratega de uma inédita e colectiva revolta militar, revisita o que agora baptiza, em lembrança de um verso não menos mítico de Sophia, de «Dia Inicial». Não se trata de uma simples revisitação desse momento já inscrito na História, por ele evocado quase em cima do acontecimento no seu memorável livro, «Alvorada em Abril».

O tempo não passou em vão, nem sobre a nossa visão do acontecimento, nem, sobretudo, sobre o então famoso major Otelo que o escreveu. Essa nova evocação do movimento do 25 de Abril não tem, nem poderia ter, a frescura, nem a espontaneidade, desse relato sem perspectiva, destinado a descrever quase estenograficamente a peripécia empírica desse «complot», por assim dizer «legal» que, do interior mesmo da máquina militar bloqueada pelo impasse africano, decidiu, não sem risco, pôr em causa o sistema político inteiro de que ela mesma era a essencial garantia. O que não impede que dessa evocação, já então concentrada nas peripécias quase só operacionais e técnicas que enchem esse livro – não se evolue, sobretudo nas inesquecíveis páginas finais, uma imagem do encenador desse drama político-militar e dos seus camaradas, digna de antologia. Ou para ser mais fiel a esse momento português, recebido como libertador pela opinião mundial, uma autêntica mitologia, por uma vez conforme à tão glosada bondade dos nossos costumes.

Em que «revoluções» se viu pôr fim a um regime de quarenta anos, autoritário e assumidamente anti-democrático,

com tanta flor no fusil? Ainda hoje os célebres cravos servem de referência às revoluções pacíficas. Mas mais original foi então o gesto do encenador desta imparável festa sem violência, que apenas acabado o seu papel, regressa a casa, despe a farda e vem como um cidadão anónimo perder-se e confundir-se na emoção desse dia que para sempre lhe deverá, e aos seus camaradas, o que não tem preço nem o precisa.

Esse foi o dia da pura glória de Otelo e não terá outro maior. O resto, a sua implicação na vida política aberta pela revolução, a quase fatal tentação de ser nela um actor de primeiro plano, como outros homens de Abril, pertencem à vida «póstuma» desse Otelo, com as suas derivas, ilusões ou decepções. Desse Otelo faz parte a nova versão da peripécia histórica relatada em «Alvorada em Abril». A mesma e outra. O seu autor é o mesmo de Abril de 74, temerário, revestido, de súbito, de responsabilidades e de um carisma popular que bastariam para desnortear gente menos extrovertida do que ele. Esse novo Otelo conhecerá derivas do seu utopismo revolucionário em dado momento e não deixará de sucumbir a elas, sem jamais renegar inteiramente o Otelo nada ideólogo da sua hora «revolucionária».

É esse que trinta e nove anos depois reescreve, agora mais maduro politicamente, instruído pela sua experiência, o essencial do seu livro incontornável mas, como acontece quase sempre entre nós, distraidamente lido. Fá-lo agora numa perspectiva diferente, a do segundo grau, cientemente «teatralizado», por assim dizer «encarnada» e posta à distância, mas também julgada, tanto em termos políticos como operacionais. Todavia, os actores desta nossa inédita revolta militar que termina um regime «à bout de souffle» e instaura a Democracia em que ainda sobrevivemos, sejam os mesmos. Só que agora o referente «revolução de Abril», o contexto em que Otelo

Saraiva de Carvalho o evoca, muda de algum modo de estatuto e rectifica um pouco o que foi e, acaso, será futuramente, a nossa tão singular Revolução.

Os nossos politólogos, melhor do que ninguém, se darão conta dessa nova perspectiva e discuti-la-ão, espere-mos. E, porventura, concluirão que o original «complot» de Abril não tem verdadeira leitura, fora da história da nossa instância militar complexa, espelho sintético da sociedade viva de que é, não apenas a expressão armada, mas um concertado dos seus mitos comuns e como ela instável (viva) apesar da aparência opaca. Os leitores de «O Dia Inicial» dar-se-ão conta melhor do que nunca de que a nossa memorável Revolução foi, em vários sentidos, um paradoxal «war game» muito lusitano, entre gente que tinha recebido a mesma formação, a mesma ética, que se conhecia real ou virtualmente nas suas virtudes e defeitos e podia – como pôde – em «família», resolver um dos impasses mais graves da nossa História como europeia e colonial, sem nos envolver numa nova guerra civil. Houve (havia) muito civilismo nessa elite militar acentuado, paradoxo supremo, pela experiência amarga de uma Guerra não nomeada. Isso perpassa claramente neste singular «Dia Inicial».

Aqui, o seu autor não é apenas, nem essencialmente, o cândido e espontâneo encenador-mor de um acontecimento que o envolve e ultrapassa, como em «Alvorada em Abril», mas um autor-actor que se assume como «retratista» da epopeia comum – ou da contra-epopeia para outros – mas parte e juiz de um drama colectivo que não pode, e compreende-se, evocar «neutralmente», como História de si mesmo distanciada. E é essa, afinal, a essência e o interesse desta revisitação. A História não é um «longo rio tranquilo». É mesmo um drama. E este o foi a muitos títulos. Sem preocupações de «historiador» profissional,

o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho retoca, em pontos importantes, a mesma mitologia abrilista excessivamente idealizada. Foi uma história de homens, com seus rasgos e falhas, e, apesar disso, um momento memorável da nossa vida política e social diversamente votada ou vocacionada para encarnar da forma mais aceitável o «interesse comum» do Povo e da Nação que somos. Foi uma famosa «história de capitães» que tomaram sobre si a temerosa aposta de suprir a carência ou a cegueira patriótica dos seus generais fiéis ao sistema de que eram os garantes. E, todavia, esses «capitães» nunca perderam de vista a referência simbólica hierárquica, sem a qual não há exército. A leitura deste «Dia Inicial» comprova o que já se supunha.

A leitura da nossa inédita Revolução «lírica» tem nesse paradoxo assumido a razão de ser da sua singularidade e sucesso. As páginas em que de novo se evoca a transmissão, o mais legal possível, do antigo poder ao novo, um momento vacante, são de meditar. Não é o civil Marcello Caetano que sai mal do retrato, mantendo até ao fim a sua impotente exigência civilista de não querer transmitir o seu «não poder» efectivo a um Poder sem outra legalidade que a do facto consumado das armas, confirmando assim a antiga mitologia do regime. Mas também António de Spínola, referência simbólica dos capitães de Abril, recusando a herança de um Poder sem caução da nova legitimidade, aquela que os capitães (futuros) de Abril assumiram e fizeram triunfar na rua em nome dos mais altos interesses colectivos, não sai mal do duplo retrato político de um Poder em si e contra si mesmo dividido. Não é uma cena trágico-cómica. Foi então a nossa verdade política. Nem Marcello Caetano, claro, nem mesmo António de Spínola tinham nada a ver com os famosos «capitães marxistas» como, expeditivamente, o ex-presidente do conselho os crismou então e o mais famoso dos nossos generais não tardaria

a imaginar que fossem. Alguns o seriam, ou vieram a ser. Mas não o autor deste livro, então em busca de definição política e ideológica. Era apenas um jovem oficial, com o gosto do teatro, sem decidida vocação militar, como agora o reitera, um civil na alma, instruído pela vivência da guerra colonial, sintonizado com a generalizada sensibilidade de uma geração mobilizada para ela, desiludida pelo seu combate duvidoso e que, em dado momento, como muitos jovens do quadro oficial, se insurgem contra um decreto, segundo eles, lesivo dos seus direitos e estatuto tradicional. Deste reflexo corporatista, nada democrático na aparência, surgiu pouco a pouco um mal-estar profundo e a contestação de um Regime cada vez mais incapaz de encontrar uma saída viável – se as havia – para o desafio da rebelião africana ao nosso estatuto de colonizador de boa consciência, numa época histórica dominada já pela urgência de uma descolonização imperativa. A saída – a nossa saída desse impasse sem solução – será a «impensável» revolução que, dado o nosso passado, só um colapso no interior das Forças Armadas podia permitir. O impensável foi precisamente esse movimento que Otelo Saraiva de Carvalho e os seus camaradas levaram a cabo por assim dizer do interior do sistema a que estavam vinculados. Em suma, a travessia do nosso Rubicão caseiro, para usar a célebre referência, duas vezes invocada pelo autor deste «Dia Inicial». E, com efeito, em todos os planos, a Revolução de Abril não foi como a chamada revolução de Maio que abriu caminho para o Estado Novo, um quase folclórico passeio militar sem transcendência histórica particular. Foi de facto travessia de um Rubicão institucional na ordem simbólica, de risco ético e subjectivo que só o seu carácter pacífico e o quase imediato plebiscito popular que logo a legitimará, salvou de amanhã inquietantes.

Este novo livro de Otelo Saraiva de Carvalho dá-nos a versão mais empiricamente detalhada desse momento de

ruptura não só no interior da ordem política vigente, mas do nosso longo período de nação colonizadora. Será daqui em diante uma espécie de «vademecum» da revolução «en train de se faire», quase numa panorâmica cinematográfica do acontecimento enquanto operação militar, programado como um exercício de estado-maior e levado a cabo com a mesma mestria profissional. O que então esteve em causa – e em causa estará como memória e significação – só a ficção, mais do que a história exterior e visível que aqui é sintáctica e marcialmente evocada, poderá dar conta. Até aqui nenhuma à altura desse momento histórico real que, para nós, seus espectadores – e talvez mesmo para os seus actores – ultrapassou todas as ficções – embora algumas evocações literárias lhe tenham consagrado páginas memoráveis.

É em si mesma – não apenas pela maneira quase ficcional – como um thriller sem cadáver à vista – salvo o de um pesadelo azul suportado, lusitanamente, com evangélica paciência – que a nossa Revolução deixou uma marca indelével e constituiu, entre a panóplia das «revoluções» do século XX, um caso à parte. O de uma revolução que se fez, não contra um poder excepcionalmente tirânico como outros do século XX (embora orgulhosamente anti-democrático), para o substituir por um outro de que os revolucionários fossem os novos usufrutuários, mas para instaurar um novo tempo, realmente democrático, de que a vontade popular, democraticamente expressa, fosse o único soberano. Um das Forças Armadas pilar de um sistema autoritário, que devolvem à instância popular o Poder fáctico que acabavam de conquistar, era uma espécie de milagre na longa história política europeia votada à tentação totalitária e às suas vertigens. Na sua hora «limpa e inicial», a Revolução dos Cravos incarnou essa espécie de milagre. Quase uma vertigem. Em breve, esse momento meio místico desceu

à terra e às suas exigências, diga-se, incontornáveis. O lugar do poder não é o reino dos céus da História. Mas a bela «história» que pela mão, coragem e risco dos seus actores, o povo português então viveu, fixaram como uma espécie de sonho acordado esse momento sem precedentes históricos conhecidos, aqui, uma vez mais evocado por Otelo. Esse momento foi aquele em que os homens de Abril, pela voz de Vítor Alves, devolveram a autoria e, com ela, o sujeito da Revolução, não a uma figura ou algumas figuras mais representativas do Movimento, o que não seria injusto, mas ao grupo inteiro, aos que agiram então como se fossem um só. À pergunta de António de Spínola acerca da paternidade e chefia do golpe vitorioso, o então major Vítor Alves, um dos mais destacados elementos do colectivo que tomou a decisão de romper com o regime, a par de Vasco Lourenço, Melo Antunes, Garcia dos Santos, entre outros, responderá: «Fomos todos.»

Réplica não só diplomática como simbolicamente significativa. Assim a Revolução na hora mesmo em que triunfava se diluía no Povo a quem se destinava e a quem servia. Parece uma réplica de teatro e de algum modo era. Como se o seu autor conhecesse o final de uma célebre peça do teatro espanhol, *Fuenteovejuna*, de Lope de Vega. Aí, um pequeno povo vexado pelo seu Comendador nos seus legítimos direitos, revolta-se contra a sua autoridade e assassina-o. Convocado pela justiça real assume o seu gesto grave também colectivamente e o rei aceita e acata essa vingança, por assim dizer, justa.

A nossa singular Revolução não matou nenhum Comendador. Pôs apenas fim a quarenta anos de menoridade política e anomalia democrática, abrindo espaço para um outro tempo mais conforme com as exigências de uma liberdade cívica não vigiada ou coartada como o fora, embora menos brutalmente que em outros países, a de um Regime que nunca conseguiu

conciliar, como o pretendia, as exigências da ordem e da liberdade. Dir-se-á que o preço a pagar foi excessivo. Custou-nos o Império que só era «nosso», e nós dele, na perspectiva de uma «normalidade» imperialista que os novos tempos não comportavam. Não foi a Revolução que nos privou desse espaço «imperial» que só tardiamente tratámos como nosso. Foram os famosos «ventos da História» que não soubemos escutar nem estávamos, fossem eles outros, em condição de contrariar. A História é tudo menos um conto de fadas. A Revolução faz parte do drama particular que foi o de Portugal no drama mais vasto do Ocidente e, mesmo do mundo, que ele contribuiu para globalizar tão precocemente, assumindo desde então um papel de ficção que um dia já não poderia desempenhar. A quem caberia desatar o nó górdio do nosso destino colectivo de pequena nação com um sonho maior do que nós?

Foi a geração de Otelos e dos seus camaradas e, com eles, de milhares de portugueses, a quem coube o doloroso e imperioso dever de virar a página da nossa história comum. Assim se abriu um futuro – aquele em que estamos – até então hipotecado ou sufocado em casa pela ausência de liberdade política e cívica digna desse nome. O que se chama democracia. E o mais que cabe desejar é que o exercício e a dificuldade desta nova utopia de nós mesmos como sociedade livre e livremente organizada tenha tanto futuro como a do nosso desmedido sonho imperial que já nada pode ressuscitar.

Vence, Fevereiro de 2011.

EDUARDO LOURENÇO

## PREÂMBULO

### PARTE I

Em 1960, um jovem e competente tenente-coronel piloto aviador da Força Aérea Portuguesa foi chamado ao gabinete do presidente do Conselho de Ministros para ser pessoalmente informado por Salazar de que o tinha já nomeado para chefiar uma missão militar aeronáutica que iria deslocar-se com urgência a Moçambique a fim de «conhecer, estudar e avaliar as potencialidades da província com o propósito de nela instalar largo contingente da Força Aérea».

Aceitando de imediato a missão, Galvão de Melo questionou, no entanto, respeitosamente, Sua Excelência, quanto às causas da urgência, ao que, deferentemente, o ditador respondeu ser conveniente preparar desde já as estruturas necessárias para a guerra que por aí viria, só não se sabendo quando.

A ordem foi bem cumprida e as estruturas foram rapidamente construídas. Mas em 1963, com a guerra ao rubro em Angola, por desrespeito e irreverência mal aceite e sobretudo pelas suas posições críticas face à insensatez da guerra colonial, o coronel Galvão de Melo foi demitido das suas funções de comandante da Base Aérea de Luanda, acabando por passar à reserva em 1966, com pouco mais de vinte anos de carreira.

Tendo feito o país atravessar, em neutralidade duvidosa, o flagelo da Segunda Guerra Mundial, Salazar foi observando as suas várias consequências nos anos que se lhe seguiram. E foi com temeroso espanto que recebeu a

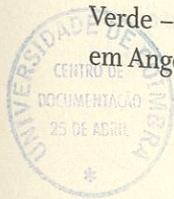
notícia do início do desmembramento do poderoso Império Britânico, com a independência reconquistada pela Índia, jóia da coroa britânica, em consequência da luta tenaz, de resistência passiva e desobediência civil levada a bom termo pelo povo indiano sob a liderança carismática de um antigo advogado, formado em Londres, Mohandas Karamchand Gandhi, que ficaria para a história com o cognome de Mahatma (Alma Grande). Na África do Sul do *apartheid*, Gandhi exercera a profissão de advogado em luta contra a discriminação racial, dela se desligando para regressar ao seu país e nele lutar pela liberdade, pela democracia e pela recuperação da dignidade do seu povo colonizado pelo Império.

Salazar toma também conhecimento da realização da conferência de Bandung em 1955, na Indonésia, em que os principais dirigentes do chamado «Terceiro Mundo» decidem apoiar todos os movimentos anti-imperialistas e anticolonialistas, criando o «Movimento dos Não Alinhados», que iria ter importância decisiva na queda sucessiva das pedras do domínio colonial da Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Itália. E Portugal. Salazar sabe que os ventos da História sopram a favor da independência e da libertação dos povos colonizados e que as colónias portuguesas – eufemisticamente por ele apodadas em 1951 de «províncias ultramarinas» perante a preconização da extinção das «colónias» decretada pela ONU – não poderiam fugir a tal destino. Quando é informado de que em Setembro de 1956 o brilhante engenheiro agrónomo Amílcar Cabral funda, com seu irmão Luís e outros companheiros, o PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – e que logo três meses depois, estando em serviço em Angola, o mesmo Amílcar Cabral faz parte do grupo de

fundação do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola –, Salazar deixa de ter dúvidas. A «guerra» estava para vir. Só não tinha ao seu serviço um vidente conceituado que lhe dissesse quando. Mas não querendo ficar na História como o governante a quem pudesse ser apontada a responsabilidade da perda do Ultramar – herança dos nossos maiores e que até mesmo Afonso Costa, na I República, considerara fazer parte inalienável do Portugal «uno e indivisível do Minho a Timor» – decidiu tomar as suas providências e preparar as Forças Armadas para apagar, *ab initio*, qualquer chama insurreccional que brotasse onde quer que fosse.

Em 4 de Fevereiro de 1961, dezenas de militantes do MPLA atacam de surpresa o quartel da PSP e a Casa de Reclusão de Luanda, na tentativa de libertar presos políticos. A polícia reage e massacra muitos deles. Muitos outros são detidos e enviados para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Mas em 15 de Março seguinte, um outro movimento que se intitula também «de libertação», a UPA – União dos Povos de Angola –, ataca as fazendas do Norte da colónia e mata indiscriminadamente, em brutal acção de terrorismo, homens, mulheres, crianças e trabalhadores negros.

Em Abril seguinte, instigado pelo apoio que recebe do embaixador dos Estados Unidos em Portugal, o general Botelho Moniz, ministro da Defesa, prepara a destituição palaciana de Salazar. Este é informado das intenções conspirativas pelo secretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga. Demite das suas funções Botelho Moniz e o ministro e o subsecretário de Estado do Exército – Almeida Fernandes e Costa Gomes – e assume ele próprio a pasta da Defesa. Com o pretexto alcançado, manipulando a opinião pública com o recurso ao horror das imagens das vítimas



portuguesas do massacre terrorista da UPA, o chefe do governo lança a palavra de ordem: «Para Angola, rapidamente e em força.»

Navios das companhias comerciais de navegação são fretados. E nesse mesmo mês e nos seguintes, largas centenas de oficiais, sargentos e praças das Forças Armadas, sobretudo do Exército, partem para Angola com a missão, segundo o ditador prometia, de acabar com a insurreição em menos de seis meses.

Prognóstico falhado o de Sua Excelência. Recusando entrar em qualquer tipo de negociações que lhe são propostas com vista a uma transição pacífica para a independência dos povos colonizados, é responsável pelo alastramento das lutas pela independência à Guiné-Bissau, a partir de 1963, e a Moçambique, desde 1964.

A guerra colonial, que existiu por culpa da teimosia, da ticanhez e da miopia política de Salazar, iria durar treze anos, empenhando mais de um milhão de jovens portugueses em serviço militar obrigatório, malbaratando 40% do Orçamento de Estado destinado ao Ministério da Defesa, causando cerca de nove mil mortos e trinta e seis mil feridos – militares portugueses, muitos dos feridos tornados deficientes – um número indiscriminado e até hoje desconhecido de largos milhares de mortos e feridos das populações civis e de guerrilheiros dos movimentos de libertação, acabando por conduzir ao isolamento quase total do nosso país no chamado «mundo ocidental», na Europa de Leste e entre os países não alinhados e finalmente constituindo a causa primeira que em 1974 conduziria à queda do regime ditatorial que desde 1926 fora instaurado em Portugal por via do movimento militar chefiado por Gomes da Costa em 28 de Maio. O que nos permite hoje, desassombradamente

classificar Oliveira Salazar como o principal coveiro do sistema fascista que ele próprio criara e instaurara no nosso país a partir de 1932.

## PARTE II

Mobilizados desde 1961 para sucessivas comissões de serviço no Ultramar, os oficiais do Quadro Permanente vão conhecendo gentes e territórios que os nossos ancestrais tinham conquistado pela força ou pela astúcia e gradualmente tomando consciência de que aquela era uma guerra sem sentido, cruel e injusta, contra povos subjugados que apenas aspiravam à sua libertação, à sua independência, ao direito de tomarem em suas mãos o seu próprio destino. E perante a tática guerrilheira utilizada pelo «inimigo» no terreno, mesmo tendo em conta as suas fragilidades e limitações, são levados a concluir que aquele é um tipo de guerra que não pode ser ganha militarmente e carece, para seu fim, de uma solução política. A tal de que Salazar tinha recusado assumir a responsabilidade, sacrificando tremendamente o país durante mais de uma década.

Substituindo o ditador após a morte política deste em 1968, Marcelo Caetano, notável Professor de Direito Administrativo e Corporativo, com largo currículo consolidado no exercício de elevados cargos no «Estado Novo», vê-se coagido pelos ultraconservadores a prosseguir a guerra colonial como vector fundamental e indiscutível da política colonialista. Porém, nesta «evolução na continuidade», tem de contar com parâmetros vários e negativos: a frequência da Academia Militar baixara enormemente desde 1961; os jovens alferes de então eram já capitães antigos, alguns

quase maiores; a pirâmide estava quase invertida, dizia-se que com mais generais do que subalternos; e a guerra, sem capitães, escalão de comando fundamental, não podia ir longe.

Perante o panorama crítico, o governo apoia e decreta em Julho de 1973 a brilhante ideia de abrir as portas do Quadro Permanente do Exército a antigos oficiais milicianos que tivessem cumprido uma comissão no Ultramar, mediante o curso intensivo de dois semestres – um na Academia e outro em Escola Prática, como tenentes – contando-lhes a antiguidade com que tinham passado anos antes à situação de disponibilidade, assim os transformando rapidamente em capitães frescos para a fornalha, comandando companhias. Aí, o caldo entornou-se, alargando a mancha que o denominado «Congresso dos Combatentes do Ultramar» – levado a efeito nos primeiros dias de Junho e organizado por antigos oficiais milicianos de marcado pendor ideológico de direita – já produzira.

Movido a princípio por razões de carácter meramente corporativista, irrompe, impetuoso, o «Movimento dos Capitães», a partir de um primeiro e violento abaixo-assinado por meia centena de capitães e outros subalternos do Quadro Permanente do Exército em serviço na Guiné-Bissau. Marcelo e os chefes militares reagem e tentam punir pesadamente os signatários. Mas logo muitos mais majores, capitães e subalternos se juntam ao Movimento no mesmo trilho, representando centenas de outros oficiais, na Metrópole, em Angola, em Moçambique, em outras colónias. Entalado entre a política de manutenção da guerra a todo o custo e a sua paralisação por perda da mão-de-obra necessária para o efeito, o governo suspende e acaba por revogar os decretos-lei suicidas e Marcelo exonera o

ministro, por acumulação, da Defesa e do Exército e o subsecretário de Estado do mesmo ramo.

Alcançada esta primeira estrondosa vitória, o «Movimento dos Capitães do Exército», imparável, progride na sua acção e vai transmudar-se em «Movimento de Oficiais das Forças Armadas» (MOFA), alargando as suas fronteiras a camaradas de outras patentes – majores, tenentes-coronéis, coronéis, até generais – e aos outros dois ramos das Forças Armadas, a Marinha e a Força Aérea. Tendo já como horizonte próximo a queda do regime ditatorial, o MOFA entra em semiclandestinidade e organiza-se, elegendo uma Comissão Coordenadora Executiva (CCE) e, no seio dela, uma Direcção Permanente de três membros. Elege também dois generais do Exército (com os quais contacta para os pôr a par das intenções) para integrarem um futuro Directório Militar após a queda do governo. Vai ainda definir a sua própria filosofia política num documento elaborado já em Fevereiro de 1974 por um grupo de trabalho em que pontifica o major artilheiro Ernesto Melo Antunes e que, lido por ele próprio no último grande plenário do MOFA, realizado, semiclandestinamente, em 5 de Março, recolherá *in loco* mais de uma centena de assinaturas em representação de uma cifra seis vezes superior.

Em 22 de Fevereiro de 1974, o prestigiado general António de Spínola, vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, dá à estampa a sua obra *Portugal e o Futuro*, na qual apresenta, frontalmente, a sua proposta de solução política para pôr fim a uma guerra que não podia ser ganha militarmente.

Estremece violentamente o edifício, aparentemente sólido, do Estado Novo legado por Salazar. Não possuindo a

força política necessária para proibir a publicação do livro e sentindo-se publicamente desautorizado quanto à sua política ultramarina, em 28 desse mês Marcelo apresenta a sua demissão de presidente do Conselho de Ministros ao Presidente da República, o ultraconservador almirante Américo Tomás, que não a aceita, aconselhando Marcelo Caetano a exonerar das suas funções o general Spínola e o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o general Costa Gomes, que elogiara o autor e dera parecer francamente positivo à publicação da obra.

Em 10 de Março, Marcelo apresenta uma «moção de confiança» à Assembleia Nacional que é aprovada por unanimidade. E no dia seguinte é recebido pelo presidente, que o critica asperamente pelo facto de não só ter apresentado a «moção de confiança» à Assembleia, o que seria inconstitucional à luz da Constituição salazarista de 1933 – pois que nela só perante o Presidente da República era o presidente do Conselho de Ministros responsável –, como principalmente por não ter demitido os dois generais, o que leva Marcelo, uma vez mais, e por escrito, a pedir a sua demissão, que Tomás volta a não aceitar, o que é entendido por Marcelo como «ratificação de confiança» por parte do presidente. Não considerando digno da sua parte apresentar publicamente a sua demissão (que considera a única via possível para tentar salvar o regime), criando o facto consumado que obrigaria Tomás a nomear um novo chefe do Governo, Marcelo decide aguentar-se em funções, «sem esperança e sem ilusões, mas também sem fugir e sem virar as costas ao perigo».

Então, a fim de obter base justificativa que lhe permitia a exautoração pública dos dois generais, Marcelo cria um cenário deplorável, recebendo em 14 de Março,

na Assembleia Nacional, a quase totalidade dos oficiais-generais e dos almirantes das Forças Armadas que, pela voz do mais antigo na patente – o general Paiva Brandão, Chefe do Estado-Maior do Exército – afirmam a concordância e a vinculação e obediência das Forças Armadas, que dizem representar, à política colonial determinada pelo Governo, ao qual garantem total fidelidade. Coerentemente ausentes dessa indecorosa manifestação pública, os dois generais eleitos pelo MOFA são, enfim, destituídos dos seus cargos no dia 15.

Em 8 de Março, três dias após o último plenário do Movimento, quatro capitães recebem inopinadamente ordem ministerial de transferência das unidades em que prestavam serviço: dois deles para os Açores, um outro para a Madeira e o quarto de Águeda para Bragança. Instados pelo Movimento a não acatar a ordem, o capitão Vasco Lourenço, elemento da Direcção Permanente, e o capitão Antero Ribeiro da Silva, acabam por se apresentar pela meia-noite do dia seguinte no Quartel-General da Região Militar de Lisboa, ficam detidos uma semana e acabam por seguir para os seus destinos no dia 15.

A detenção dos dois capitães e de um terceiro, Pinto Soares, que os acompanhara na sua apresentação no Quartel-General, provocou forte agitação no seio do Movimento e debateram-se medidas duras a tomar, que fossem desde um claro protesto junto dos comandantes, ausência das Unidades ou greves de zelo até requerimentos a apresentar a demissão de oficial do Exército.

Neste cenário de desassossego e com o intuito de impedir a apresentação dos generais em São Bento – a patética «brigada do reumático» –, cujas consequências se adivinhavam, um grupo de oficiais integrando elementos da

Comissão Coordenadora Executiva e camaradas de Escolas Práticas e de Unidades da RML, à revelia da própria CCE, planeia atabalhoadamente uma acção militar de 13 para 14 de Março que, perante a firme recusa de participação por parte dos pára-quedistas de Tancos e da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, é por mim cancelada, com alívio, já ao fim da tarde do dia 13. Porém, na noite de 15, uma sexta-feira, em consequência de um emocionado telefonema que um capitão colocado no Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego (CIOE) faz para casa do major Monge<sup>1</sup>, da CCE – que está em reunião com três camaradas, sendo que um deles, eu próprio, é elemento da Direcção Permanente –, procura-se recuperar o fundamental da acção que dois dias antes fora cancelada. E dá-se a chamada «Intentona das Caldas».

Às sextas-feiras as unidades militares esvaziam-se de pessoal que «ao toque de ordem» parte para gozo do fim-de-semana do qual só regressa na segunda-feira seguinte. Na noite de 15 de Março e durante a madrugada de 16, os quatro oficiais que, saindo de casa de Manuel Monge, procuram afanosamente recompor o que já antes fora mal elaborado, recebem a negativa de intervenção por parte dos camaradas do Movimento das Escolas Práticas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, sem possibilidade de actuar por ausência do pessoal em fim-de-semana. Honra e mérito dos camaradas do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha que, revelando um grau de prontidão notável, colocam na estrada, às quatro horas da manhã de um sábado, duzentos militares a caminho de Lisboa, à ordem suposta do Movimento. Obviamente, não cumprirão missão nenhuma e os participantes

<sup>1</sup> É hoje governador civil do Distrito de Beja.

na aventura – os que integraram a coluna e os que ficaram a assegurar o funcionamento e a segurança do quartel – serão presos e interrogados. Não denunciam ninguém do Movimento. E a sua abnegada e aparentemente improdutivo acção vai afinal constituir um verdadeiro balão de ensaio e o rastilho que quarenta dias depois conduzirá à vitória fulgurante do MFA e ao derrube do Governo ditatorial.

Convoco para 24 de Março uma última reunião da Comissão Coordenadora Executiva do MOFA. Relato aos meus camaradas como aconteceu, e porquê, o 16 de Março. Contrito, apresento a minha *mea culpa*. E proponho que sem ambiguidade nem tibieza decidamos realizar uma verdadeira operação militar tendo por objectivo abater a ditadura e destruir o aparelho fascista. Aceite a minha proposta, assumo a responsabilidade de elaborar um plano de operações e calendarizo a acção para a semana que terá início a 22 de Abril. Vítor Alves, presente e comigo presidindo à reunião, garante ter já em mãos a base de um programa político do MFA que Melo Antunes redigira e nos entregara dois dias antes.

Em 15 de Abril, após intensa actividade de contactos, de preparação e de riscos temerários que me vejo obrigado a correr, entrego a Garcia dos Santos, oficial de transmissões, o meu manuscrito da ordem de operações «Viragem Histórica», que ele fotocopia e que lhe possibilita elaborar um precioso «Anexo de Transmissões». Nos cinco dias seguintes distribuo missões aos camaradas que, sendo mais antigos, serão os comandantes responsáveis das forças do MFA em acção no terreno. Na noite de 22 de Abril tenho já escolhido o grupo data-hora para ocupação de objectivos: 25 03 00 ABR 74. No dia 23, pelas 18 horas, entrego aos

meus camaradas oficiais de ligação, num banco do Parque Eduardo VII, os exemplares necessários do «Anexo de Transmissões» e outras indicações fulcrais – data e hora determinada para a operação, sinais-rádio de início e confirmação da operação em marcha, senha e contra-senha – que eles levarão às «nossas» unidades, de norte a sul do país.

Os sinais-rádio para o início de preparação para a acção na área da Região Militar de Lisboa e para confirmação da operação já em marcha a todos os camaradas do Movimento tinham constituído motivo da minha particular atenção, dada a sua enorme e decisiva importância e, por isso, a confiança plena que teríamos de depositar nos agentes civis, produtores, realizadores ou locutores das estações radiofónicas que os emitissem e que perante nós assumissem tal responsabilidade.

Ao princípio da madrugada de 23, acompanhado pelo capitão piloto aviador Costa Martins e pelo major engenheiro aeronáutico Costa Neves, eu «recrutara» o locutor João Paulo Dinis, dos Emissores Associados de Lisboa, que utilizavam um estúdio alugado nas instalações do RCP para a emissão dos seus programas, de que era exemplo o «Carrossel», em que João Paulo participava. Na minha terceira e última comissão militar, na Guiné-Bissau, eu havia requisitado aquele jovem 1.º cabo do Batalhão de Engenharia, radialista de profissão civil, para servir como locutor do Programa das Forças Armadas, produzido no âmbito da Repartição de Assuntos Cívicos e Acção Psicológica do Quartel-General do Comando Chefe onde eu estava colocado. E agora, requisitava de novo João Paulo Dinis para uma missão de maior responsabilidade.

Não querendo utilizar a antena da Emissora Nacional – apesar de ser objectivo a conquistar pelas nossas forças

para evitar o seu uso por parte do Governo – nem a emissora católica da Rádio Renascença, eu considerara as instalações do RCP na Rua Sampaio e Pina em Lisboa e o seu centro emissor em Porto Alto objectivos de relevante importância, para através das suas antenas emitir o sinal-rádio para arranque da «Viragem Histórica» e, depois, os comunicados do Posto de Comando do MFA, dada a potência de emissão que permitia a cobertura de todo o país. Fiquei por isso desapontado quando, na conversa trocada naquela madrugada, a uma mesa do restaurante da cave do Centro Comercial Apolo 70, João Paulo me informou que não pertencia ao quadro de locutores do RCP, trabalhando como tal nos Emissores Associados, cuja potência de emissão não alcançava mais de 100 km de raio em área circular. E sendo assim, vi-me obrigado a decidir pela emissão de um primeiro sinal-rádio no decurso do programa apresentado por João Paulo Dinis, o que ele aceitou, escolhendo a canção *E depois do Adeus*, que vencera o Festival da Canção da RTP e por isso representara Portugal no Eurofestival realizado em Brighton, na Inglaterra, em finais de Março. Esse primeiro sinal seria dirigido às «nossas» unidades da Região Militar de Lisboa, e permitiria alcançar ainda Santarém (Escola Prática de Cavalaria) e Vendas Novas (Escola Prática de Artilharia).

Nestas circunstâncias, necessitando de um segundo sinal que confirmasse o início da operação já em marcha aos nossos camaradas no resto do país, recorri à utilização da Rádio Renascença, cuja participação já nos tinha sido garantida por parte do jornalista Carlos Albino, realizador de texto no programa «Limite», produzido por Marcel de Almeida, e que, contactado por Álvaro Guerra, seu colega na redacção do jornal *República*, pusera o programa à disposição do MFA, disso dando conta a Marcel e a Manuel

Tomás, que, vindo de Moçambique com Leite Vasconcelos, era destacado realizador sonoplasta do «Limite».

Era meu firme propósito pôr no ar, na madrugada de 25 de Abril, uma canção de Zeca Afonso como sinal-rádio às forças do Movimento. Fui desde logo confrontado com uma dificuldade, aliás previsível: a canção por mim escolhida, *Traz Outro Amigo Também*, e outra alvitrada, *Venham Mais Cinco*, constavam do rol das canções censuradas e Carlos Albino, não podendo correr o risco de pôr qualquer delas em emissão no seu programa, sugeriu a Álvaro Guerra *Grândola Vila Morena*, que entretanto já me fora também proposta por Almada Contreiras e imediatamente por mim aceite e logo indicada a Álvaro Guerra que desse modo a confirmou a Carlos Albino como o sinal a transmitir no «Limite». A canção fora cantada pelo próprio autor no palco do Coliseu dos Recreios, acompanhado pelos maiores nomes da canção de intervenção política que Portugal conhecia, durante o festival para entrega de prémios levado a efeito em 29 de Março pela Casa da Imprensa, não se tendo verificado então qualquer acção de repressão por parte dos agentes da Polícia de Intervenção e da DGS disseminados pela plateia. Sendo previsível, a dificuldade não fora, no entanto, intransponível.

Quando o último dos meus camaradas partiu no seu automóvel para o cumprimento da missão de ligação, eu tinha a convicção de que se tudo corresse razoavelmente conforme o que eu planeara, o regime ditatorial que há 48 anos tinha sido imposto aos portugueses teria o seu fim à vista. O Estado Novo de feição fascista e corporativista que a partir de 1932 Salazar decalcara do mussolinismo italiano e implantara em Portugal, com as consequências nefastas que conhecíamos, tinha as suas horas contadas.

## O DIA ANTECEDENTE

Na manhã de 24 de Abril compareço como habitualmente, para dar as minhas aulas, na Academia Militar. E não espero pela informação definitiva de missão cumprida por parte de todos os camaradas da ligação para, da estação dos CTT fronteira à Academia, enviar para a morada micaelense de Ponta Delgada que Melo Antunes me indicara um mês antes, um telegrama codificado dando-lhe informação sobre o grupo data-hora por mim determinado para a operação «Viragem Histórica».

Já conhecedores da hora H e do sinal-rádio a ser lançado por João Paulo Dinis – inicialmente previsto para as 23h55m de dia 24 – os camaradas da Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas já me haviam feito chegar o pedido aflightivo, na noite anterior, para antecipar em uma hora a emissão do *E depois do Adeus*, sem o que se lhes tornaria difícil conseguirem preparar o pessoal a deslocar e toda a panóplia da Bateria de Artilharia que tinham por missão colocar em posição, no alto do Cristo-Rei, em Almada, até às 4 horas da madrugada de 25. Sendo assim, na manhã de 24, Costa Martins contacta de novo João Paulo Dinis para lhe transmitir a mensagem de que o sinal combinado tem de ser lançado, afinal, às 22h55m.

Pelas 10 horas, o jornalista do diário *República* Álvaro Guerra – que um mês antes fora apresentado por Melo Antunes ao 1.º tenente Almada Contreiras no aeroporto da Portela, por ocasião da partida daquele para Ponta Delgada – informa Carlos Albino que lhe fora transmitido

pelo oficial do MFA que com ele fazia ligação, ter sido aceite pelo comando da operação a canção *Grândola Vila Morena* como sinal-rádio para confirmação das operações e que o mesmo deve ser posto no ar, nos termos já combinados, entre as zero horas e as 00h30 de 25 de Abril. Carlos Albino informa de imediato Manuel Tomás e solicita a comparência na emissora de Leite de Vasconcelos, realizador de estúdio, que nesse dia se encontra de folga, a fim de gravar um bloco de onze minutos com três poemas de Carlos Albino e a leitura da primeira quadra do poema da canção, o que deixa Vasconcelos um tanto agastado por constatar ter sido importunado, afinal, por coisa que lhe parece tão sem importância.

O diário *República* desse dia insere nas suas páginas uma pequena chamada de atenção aos seus fiéis leitores para o programa «Limite» da Rádio Renascença, difundido a partir da meia-noite e estendendo-se pela madrugada, aconselhando a sua atenta audição dada a sua excelente qualidade.

Ainda na manhã de 24, navios da esquadra internacional do STANAVFORLANT entram no estuário do Tejo para efeitos de reabastecimento, a fim de zarparem às 7 horas da manhã do dia seguinte para iniciar o exercício «Down Patrol» em manobras no Mediterrâneo, que integra também navios da nossa Armada.

Almoço na Academia. E pelas 14 horas recebo do major Neves Rosa – representante do Serviço de Material na CCE do Movimento e oficial que coordena a ligação – a tranquilizante notícia de que estava cumprida a totalidade da missão dos nossos camaradas e que todas as instruções finais tinham sido entregues aos seus destinatários sem qualquer incidente verificado.

Às 17h30 fica pronta para funcionamento a linha telefónica directa entre a Escola Prática de Transmissões, em Sapadores, e o Posto de Comando montado por Luís Macedo no edifício pré-fabricado no interior do Regimento de Engenharia 1, na Pontinha. A montagem da linha, numa extensão de quatro quilómetros, realizada com enorme celeridade, em menos de 24 horas, obrigara a trabalho nocturno e reforço de alimentação dos guardafios. À equipa que, com enorme esforço, competência e dedicação o executou, chefiada pelo furriel Cedoura, ficará a dever-se fatia considerável do sucesso da operação «Viragem Histórica». Ao fim da tarde, após o «toque de ordem», Garcia dos Santos coordena a instalação dos emissores/receptores RACAL TR-28, com as respectivas antenas dipolo, que vão estabelecer as ligações rádio com as forças do MFA em operações.

Cerca das 18 horas, quando o major Melo Antunes chega a sua casa em Ponta Delgada, terminado o serviço no Quartel-General do Comando Territorial Independente, a sua mulher interpela-o sobre quem diabo é a tia Aurora que consta de um telegrama que um desconhecido primo António enviara de Lisboa na manhã desse dia. Sem dar explicações à perplexa Gabriela, Melo Antunes regressa ao Quartel-General onde Vasco Lourenço, capitão da Direcção Permanente do Movimento «exilado» nos Açores, está de oficial de serviço. Vasco põe em marcha o plano alternativo que tinham elaborado para controlar a situação no Quartel-General e nas unidades de São Miguel.

Pelas 21 horas, no átrio de recepção do *Jornal do Comércio*, ao Bairro Alto, onde ele fazia um «biscate» de jornalista, entreguei ao capitão pára-queda António

Ramos, ajudante de campo do general Spínola, um exemplar do «Anexo de Transmissões» à ordem de operações, um outro da proclamação do MFA para ser anunciada após a vitória alcançada e um terceiro com as instruções relativas à comunicação dos sinais-rádio a difundir através dos Emissores Associados de Lisboa e do programa «Limite» da Rádio Renascença. Emocionado, António Ramos despediu-se com um forte abraço, garantindo que iria imediatamente para casa do general a quem faria a entrega dos documentos.

Pouco antes das 22 horas dou entrada no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, no interior do qual o meu adjunto operacional, capitão Luís Macedo, oficial da unidade, instalara e preparara o que iria ser o «Posto de Comando» do MFA em operações. E na (pomposamente chamada...) «sala de operações» vou já encontrar Lopes Pires, Sanches Osório e Garcia dos Santos. Juntam-se-nos, mais tarde, Vítor Crespo, Hugo dos Santos e outros.

Cinco minutos antes das 23 horas, cumprindo o que dois dias antes me garantira, João Paulo Dinis lança para o éter o primeiro sinal-rádio destinado aos camaradas do Movimento que o aguardam, ansiosos, para entrar finalmente na preparação das unidades onde prestam serviço com vista à acção a desencadear daí a quatro horas.

«Faltam 5 minutos para as 23 horas. Convosco Paulo de Carvalho com o Eurofestival de 74: *E depois do Adeus*», anunciou o locutor, carregando no botão ON e pondo em funcionamento imediato a máquina militar do MFA numa área circular de 100 km de raio até onde chega a potência de emissão dos Emissores Associados de Lisboa.

*Alea jacta est*, disse eu, armado em Júlio César antes de atravessar o Rubicão à frente das suas legiões.

## O DIA INICIAL

A desmesurada lentidão com que os ponteiros do relógio se deslocam durante os 60 minutos do percurso que vão ter de efectuar até coincidirem nas zero horas do dia inicial fazem-me entrar em estado zen, de meditação circunstancial. Observo os meus companheiros próximos, que comigo caminharão, fechados nesta sala, durante a longa jornada que nos espera e que desconhecemos onde e como terminará. É elevada a tensão e enorme a ansiedade, que se revelam nos pequenos gestos: Lopes Pires, o mais antigo e mais velho de todos nós, lança baforadas fumarentas e morde com persistência o tubo do cachimbo; Garcia dos Santos ciranda de um lado para o outro, vai lá fora experimentar emissores/receptores e antenas, verifica ligações, vem para dentro e confere telefones; Sanches Osório prepara-se para tomar notas e coloca algumas interrogações próprias de Estado-Maior; Vítor Crespo, aprumadamente representando a Marinha, procura sacudir as suas dúvidas e ultrapassar a perplexidade e a descrença que o assaltaram quando o informei serem quatro folhas da carta topográfica militar à escala de 1/25 000 abrangendo Lisboa e arredores e o mapa de estradas, edição 1974, do ACP as fundamentais referências do «Plano Geral das Operações»; Hugo dos Santos, gorada a missão que eu lhe destinei de integrar o 5.º grupo de «comandos» que efectuará a detenção de Ferrand d'Almeida, para o que esta noite saiu de Tomar para se juntar a Vasco Durão e Adérito Figueira na Academia Militar, veio ter connosco e está presente para prestar o apoio necessário.

Com excepção de Hugo e de Amadeu Garcia dos Santos, todos os restantes desconhecem em absoluto o conteúdo da Ordem de Operações que elaborei. Há dez dias entreguei a Amadeu o manuscrito do precioso documento que ele fotocopiou no seu escritório da rua Silva Carvalho a fim de, a partir desse exemplar, elaborar o excelente e meticuloso «Anexo de Transmissões». E no dia 18 de Abril, à noite, em casa de Hugo dos Santos e com a presença de Vítor Alves, fiz-lhes exposição alargada da minha «ideia de manobra».

Esta é de carácter marcadamente ofensivo e contempla a conquista de objectivos remuneradores por parte de algumas das forças do MFA enquanto outras forças – mais pujantes, e por isso com aparência, pela sua espectacularidade, de maior capacidade de intervenção no terreno, como é paradigmático o caso da Escola Prática de Cavalaria (EPC) – serão utilizadas, numa primeira fase da operação, como pólo de atracção e diversão das forças governamentais, militares e militarizadas. A minha ideia não foi bem acolhida pelos meus dois camaradas, que apostavam fortemente numa concentração de todas as forças disponíveis do MFA num largo espaço aberto, como o do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, exigindo ao Governo, a partir daí, a sua demissão.

Discordei em absoluto e mantive teimosamente a minha «ideia de manobra», escorado na responsabilidade que assumi na última reunião da CCE de 24 de Março e na confiança que pelos nossos camaradas me foi então outorgada. E Hugo dos Santos aqui está agora comigo, com os outros camaradas e ainda Luís Macedo e os outros capitães do RE 1 – unidos, confiantes, dispostos a cumprir a missão até ao fim.

Naquela derradeira reunião de há exactamente um mês, além da garantia de efectuar um rápido «estudo de situação» que me permitisse, em tempo oportuno, preparar a acção e elaborar a «ordem de operações», assumi o compromisso de desencadeamento da operação na última semana do mês seguinte, concretamente entre 22 e 26 de Abril, contando apenas os dias úteis. Contactos e reuniões necessárias de última hora obrigaram-me a adiar de 24 para 25 o dia D, mantendo, por razões várias e óbvias, a hora H. Que, inexoravelmente, se aproxima.

Todos os compromissos por mim assumidos estão a ser cumpridos, não só perante os meus camaradas que se aprestam para levar a bom termo as suas missões mas também perante aqueles que se encontram presos desde 16 de Março, aos quais garanti, através de familiares que os visitam, que o Movimento continua activo e que brevemente serão restituídos à liberdade.

Nesta longa hora que lentamente se arrasta até atingir as 24 horas do dia 24, faço o retrospecto destes últimos 20 anos. E recorro à evidência da discriminação racial que eu conheci, miúdo de liceu em Lourenço Marques, assim como o espanto causado pela detenção e interrogatório feito pela PIDE a colegas mais velhos do Liceu Salazar só por lerem e discutirem *O Capital* de Karl Marx ou *Os Subterrâneos da Liberdade* de Jorge Amado. Recordo a raiva e a angústia do meu avô Romão e do meu pai quando em tempo de «eleições» se viam obrigados a votar na lista única do partido único fundado e dirigido por Salazar. Aquele sentimento indefinido que por tudo isso me invadia, de querer um dia, no meu futuro, participar de alguma forma no estouro da ditadura fascista. Mas por outro lado o desejo de evasão, de sair do território deste Portugal

imperial e colonialista onde nascera e, convicto do meu talento, rumar a Nova Iorque para alicerçar o meu futuro no teatro e no cinema, após frequência e diploma conseguido, com brilho, no Actor's Studio de Lee Strasberg e Elia Kazan. E como, gorada essa via por total falta de apoio e agressiva oposição do meu pai, acabara por me decidir pelo curso da Escola do Exército/Academia Militar, por fim convencido pela argumentação e pelo afecto do meu avô Romão que eu tanto amava e que me listara as nobres virtudes que eu iria encontrar e desenvolver no exercício da minha futura carreira militar. Recordo as minhas objecções: que não me sentia vocacionado, que na instrução de milícias da Mocidade Portuguesa o 1.º sargento Cavaco até exarara parecer nesse sentido – «Não possui a mínima vocação para a carreira militar» –, parecer depois confirmado pelo capitão Melo Egídio, comandante da Companhia.

«O primeiro-sargento e o capitão não te conhecem, meu filho. Não sabem nada de ti. Andaste a gozar com eles lá pelo quartel durante a instrução semanal e o que eles de ti colhem é que és mais um miúdo irreverente e convencido de que tem graça. Mas posso apostar contigo em como podes vir a ser um excelente oficial do Exército. E darias uma alegria enorme aos teus avós e aos teus pais, sobretudo à tua mãe.»

O facto de eu contrapor que até era contra o Exército e as Forças Armadas porque estavam ao serviço da ditadura que eu queria ver derrubada, dera-lhe o argumento final: «Pois se queres, como dizes, participar de alguma forma na destruição deste regime, podes acreditar que terás muito mais hipóteses de o fazer estando dentro da instituição do que fora dela. Lembra-te de que em todas as mudanças de regime e tentativas para abater o poder

instituído estiveram sempre militares. Sê um bom oficial, meu filho. E pode ser que a tua hora chegue.»

Colegas de turma no 7.º ano do liceu, eu e minha mulher deixámos Lourenço Marques em 1955 e viemos para Lisboa a fim de ingressarmos em escolas superiores, eu na Escola do Exército, ela na Faculdade de Medicina. Iniciámos namoro no ano seguinte. E desde então ela manifestou-me sempre opinião contrária à escolha de carreira que eu fiz, considerando que eu dispunha de aptidão clara para outras opções profissionais, de mais elevado gabarito intelectual. Nunca os meus argumentos foram suficientemente fortes para a convencer. No entanto, tinha abandonado Medicina no fim do 2.º ano e frequentado o curso, mais rápido, de Fisioterapia, para, desencadeada em 1961 a guerra colonial, me acompanhar, sempre com os nossos filhos, nas três comissões para que eu fui mobilizado: duas em Angola, 1961-1963 e 1965-67 e a terceira na Guiné-Bissau, de 1970 a 1973. Nesta última, sofremos o desgosto profundo da perda irreparável da nossa segunda filha, com sete anos apenas, vitimada por paludismo cerebral.

Ontem à noite, quando me despedi, deixei-a debruçada em lágrimas, com os nervos em franja, sentada na cama com os braços envolvendo os joelhos, depois de a ter posto ao corrente da situação e do papel que a mim próprio tinha distribuído e de como podia ir acompanhando pelo rádio o desenrolar dos acontecimentos durante a próxima madrugada. Ao questionar-me quanto à hipótese de uma derrota, garanti-lhe que fosse qual fosse o resultado final da operação em que ia empenhar-me, tinha a certeza de que nunca mais faria guerra nenhuma no Ultramar. Reconheço que foi uma piada chocha. Mas, confiante e

optimista, afirmei-lhe que sexta-feira, 26, estarei em casa à hora do almoço.

Apanhou-me de surpresa com uma pergunta de óbvia resposta negativa: «Com tudo isso, queres então dizer-me que amanhã não vamos à ópera?»

Esta noite, a esta hora, está em cena *La Traviata* no Coliseu dos Recreios, com a Joan Sutherland como soprano protagonista. Tinha adquirido bilhetes com antecedência na secção de actividades culturais e recreativas da Academia Militar e esquecido completamente o evento. Mas já anos antes, com outro elenco, tínhamos visto e ouvido *La Traviata* do alto do «galinheiro» do Teatro São Carlos. E agora a ópera era outra. Não pude despedir-me da minha filha, com 12 anos, a frequentar em regime de semi-internato o terceiro ano liceal do Instituto de Odivelas. E beijei levemente o meu rapaz, de oito anos, que já dormia. Mas estou seguro de que vou estar com todos eles no próximo fim-de-semana.

Agora aqui estou entre estas quatro paredes cobertas com estantes de livros, as janelas tapadas com cobertores militares a fazer *blackout*, a grande mesa ao centro da sala, outras mesas com telefones, placas de contraplacado onde Macedo fixou a carta militar 1/25 000 da região de Lisboa e eu o mapa do estado das estradas do ACP, um armário metálico com pistolas e granadas. E imagino a febril actividade que os nossos camaradas do Movimento estarão a desenvolver desde as 23 horas por esses quartéis de Lisboa e vizinhanças, prendendo comandantes e graduados desactivos ou tentando mobilizações de última hora, tomando centrais telefónicas e rádios, mandando acordar as praças, uniformizar, armar, correr para a parada e formar, para conhecerem o que vai passar-se e qual a missão da sua

Unidade, preparando viaturas, verificando combustíveis e nelas carregando cunhetes de munições, granadas e rações de combate para dois dias e os emissores/receptores necessários e o megafone e os cobertores e as bolsas pronto-socorro a distribuir ao pessoal do serviço de saúde militar.

Além da recusa de Jaime Neves em cumprir as missões de assalto à sede da PIDE/DGS na Rua António Maria Cardoso e ao Quartel-General da Legião Portuguesa na Penha de França, considerando-as demasiado arriscadas mesmo para um aguerrido e numeroso grupo de oficiais «comandos» já tive informação que me foi comunicada por Sanches Osório há uma hora atrás, da parte de Vítor Alves, do «borreganço» do RI 1 da Amadora, unidade de que o capitão Coelho Lima, nosso homem do Movimento ali colocado, no dia 20 me garantira duas companhias. Assim, mais um antro da PIDE, o Forte de Caxias, não será de imediato conquistado pelas nossas forças nem libertados os presos políticos e fico sem tropa de reserva para colmatar a falha de Jaime Neves na Rua António Maria Cardoso. Sendo objectivos de grande importância, não são no entanto determinantes. Nada que me leve a tomar a decisão de ordenar o aborto da operação.

Optimista, não dou importância aos maus presságios que no posto de comando me são transmitidos pelo capitão Homero Figueira, que se nos reuniu há momentos e me alertou para o facto de não ter sido efectuado na totalidade o «levantamento psicológico» de todo o pessoal do Movimento nas unidades do país, garantindo-me que muitos mais, no último momento, irão furtar-se ao cumprimento da missão. Estou convicto de que o futuro imediato irá provar-lhe que não tem razão.

Contraditoriamente, embora tenso, sinto-me em paz, tranquilo e confiante. Dos quatro factores que considero fundamentais para que a operação «Viragem Histórica» tenha sucesso, três não me oferecem dúvidas e considero-os conseguidos. A saber:

– Primeiro: a confiança plena que os meus camaradas em mim depositaram quando em 24 de Março, enquanto membro da Direcção Permanente do Movimento, ainda por cima implicado no fiasco das Caldas da Rainha verificado oito dias antes, eu assumi a responsabilidade imensa de, em trabalho solitário, garantir a elaboração cuidada de uma «ordem de operações» cuja boa execução conduzisse à rápida vitória do MFA sobre as forças governamentais;

– Segundo: desconhecendo ou mal conhecendo a maior parte dos subalternos e capitães que vão participar na operação – pois só contactei com alguns daqueles com quem me encontrei em reuniões plenárias ou da CCE – a confiança enorme que eu deposito nos capitães a quem, no momento certo, entreguei as missões a cumprir pela sua unidade à hora H do Dia D;

– Terceiro: a excelência do precioso «Anexo de Transmissões» elaborado por Garcia dos Santos, que irá permitir no decurso da operação a ligação entre todas as unidades empenhadas num mesmo agrupamento de forças e de todas com o Posto de Comando, podendo utilizar meios diversos de comunicação – rádio, telefone, estafeta – e recorrendo à utilização de códigos/indicativos de unidades, de objectivos e locais, de entidades e de frequências e de sistemas de autenticação, numa sobreposição de meios e com uma segurança confortável.

Só não tenho inteiramente garantido o quarto e último factor essencial para o sucesso: a manutenção do

efeito «surpresa» até ao desencadeamento da operação, fundamental para a obtenção do êxito em qualquer operação militar, como de há muito sabemos pela experiência por quase todos nós acumulada na guerra colonial.

Estamos agora a chegar à hora zero do dia inicial. Daqui por mais três horas, saberemos com exactidão se poderemos completar a lista dos quatro factores que considere fundamentais para o sucesso. Para já, rodeamos o transistor Philips trazido por Lopes Pires, sintonizamos nele o programa «Limite» na frequência da Rádio Renascença e aguardamos a leitura da primeira quadra de *Grândola, Vila Morena*, como sinal de confirmação da operação para camaradas do MFA em todo o país.

O meu avô Romão, velho sábio, sempre esteve com a razão. Nestes quase vinte anos que levo desde que fiz a minha matrícula na Escola do Exército até hoje, 25 de Abril de 1974, transformei-me de adolescente descuidado e irreverente num excelente oficial. E a minha hora parece, finalmente, prestes a chegar.